

**Confronto do tradicionalismo político brasileiro com o português:
recuperação e atualização dos textos de Ubiratan Macedo (1937/2006)**
*Confrontation between Brazilian and Portuguese political traditionalism - recovery and
updating of Ubiratan Macedo's (1937-2006) texts*

Prof. Dr. Antônio Paim (Instituto de Humanidades – São Paulo - SP)
apaim@itn.org.br

Resumo: Ubiratan Macedo (1937/2006) estabeleceu a distinção básica entre tradicionalismo político e conservadorismo liberal; as principais características do primeiro nos séculos XIX e XX, bem como as linhas de confronto com a matriz portuguesa. Em relação a esta, destacou sua autonomia sendo que, no período imperial, não exerceu maior influência entre nós, situação que se altera radicalmente na centúria passada. Suas valiosas contribuições na matéria vêm sendo atualizadas, sendo imprescindível fazer com que as novas gerações de pesquisadores tomem o seu legado como referência.

Palavras-chave: Ubiratan Macedo; Tradicionalismo; Conservadorismo liberal; Características; Política.

Abstract: Ubiratan Macedo (1937/2006) has established the basic distinction between political traditionalism and liberal conservatism; the main characteristics of the former on the XIX and XX centuries; and the confrontation borders with the Portuguese origin. Considering the latest aspect, he has emphasized its autonomy, whereas during the imperial period, it has not exerted a major influence to us, in radical opposition to the situation on the last century. His valuable contributions in the subject are brought up to date in a way that it is indispensable to make the new researchers generations to take his legacy as a reference.

Key-Words: Ubiratan Macedo; Tradicionalism; Liberal conservatism; Characteristics; Politic.

1. Considerações iniciais

Considero essencial que as novas gerações de pesquisadores do pensamento brasileiro tenham presente a significação das conquistas, nesse plano, devidas ao saudoso Ubiratan Macedo (1937/2006). Nesta oportunidade, vou limitar-me ao tema do tradicionalismo político.

Devemos a Ubiratan a distinção entre conservadorismo liberal e tradicionalismo, espécie de conservadorismo que foi associado aos católicos. Sem negar a pertinência dessa filiação, tratou de ressaltar que nunca correspondeu a posicionamento oficial da Igreja.

Fez questão de enfatizar que se tratava de uma doutrina moderna. Vale dizer: não corresponde a tentativa de renascimento escolástico. Outro aspecto relevante --comprovado pelos textos que Tiago Adão Lara dedicou à personalidade que seria o fundador --consiste em destacar o desenvolvimento autônomo da vertente portuguesa. Por fim, esta premissa: o tradicionalismo é eminentemente político ao tomar como ponto de partida recusa radical do governo representativo.

Devido à circunstância, Ubiratan Macedo recomenda que o estudo da corrente deveria começar por Pascoal de Melo Freire (1738/1798), ao invés de ater-se ao modelo convencional. Neste, via como defeito fundamental tomar a Edmund Burke (1729/1797) como seu iniciador, na medida em que seria na condição de liberal que se dispôs a criticar a Revolução Francesa. Esta, certamente, passou a ser o inimigo fundamental do tradicionalismo. Entretanto, mais relevante é o que colocar em seu lugar. Tomando-a como questão central, isto é, a emergência do sistema representativo e o processo subsequente de sua democratização, não podem ser colocados no mesmo saco Burke e os autênticos tradicionalistas.

A seu ver, o ponto de partida dessa linhagem seria a matriz francesa, fixada por Joseph de Maistre (1753/1821) e De Bonald (1754/1840) logo engrossada na própria França como também pelas variantes espanhola (Donoso Cortés -1809/1853; etc.) e a italiana (Ventura de Raulica -1792/1861, etc.).

Tendo nascido no período da Viradeira de D. Maria I, torna-se essa vertente portuguesa, escreve Ubiratan, “caudatária do caminho seguido pela história política, vinculando sua sorte à do absolutismo monárquico, em luta contra o liberalismo em suas diversas expressões. No ciclo inicial, essa aliança parece ter sido benéfica, Tornou, entretanto, relativamente efêmera a vitória fulminante que parece ter alcançado”. Por “vitória fulminante” entende a presença de diversos autores (Marquês de Penalva; José Acúrcio das Neves; José Agostinho de Macedo e Madre Deus), cuja obra seria, sobretudo, “panfletária” (contra a Revolução Francesa) e “laudatória” da monarquia absoluta. Conclui a caracterização dessa fase afirmando que seria “na época do declínio que o tradicionalismo português encontra seu grande teórico: José da Gama e Castro (1895/1873)”.

Tem em vista o livro *O Novo Príncipe ou o espírito dos governos monárquicos*, publicado no Rio de Janeiro em 1841. Seu autor, Gama e Castro, refugiara-se no Brasil, após a derrota de D. Miguel. Embora a edição brasileira figurasse como a segunda, dado que a primeira nunca foi encontrada, Ubiratan suscitou a hipótese de que, na verdade, haja correspondido à primeira e única, em vida do autor. É interessante registrar que Gama e Castro, depois de seu regresso à Europa, manteve por muitos anos uma coluna no *Jornal do Comércio*, principal periódico da Capital do Império.

Em que pese a qualidade do expositor, não encontraria adeptos entre nós.

Coube ainda a Ubiratan o mérito de haver apontado a figura que, no ciclo considerado, iria dar feição filosófica ao tradicionalismo: D. Romualdo Antonio de Seixas (1787/1860). Dinorah Berbert de Castro estudou-o especificamente (*O tradicionalismo em D. Romualdo Antonio de Seixas*, 1983).

O aprofundamento do aspecto considerado encontra-se na reconstituição da atuação parlamentar de D. Romualdo. Pode-se então constatar a acentuada presença de anti-clericalismo no seio da elite brasileira, nos anos trinta do século dezenove. Esse ambiente explica que haja adotado, na condição de Primaz do Brasil, posicionamento contrário ao recomendado pelo Vaticano, no tocante ao governo representativo, tendo se tornado um dos artífices do movimento –o Regresso–, que iria abrir caminho à sua efetiva estruturação.

Em Portugal, a radicalização resultante da posição do Vaticano acabaria de maneira dramática para a Igreja: a dissolução dos conventos e das ordens, religiosas que os mantinham. D. Romualdo deve ter antevisto onde conduziria a linha recomendada pela Encíclica *Mirari Vos* (1832). Não se tendo empenhado, acabou deixando de ser divulgada no Brasil.

A documentação relativa à sua atuação parlamentar encontra-se no Anexo às Atas do VII Colóquio Antero de Quental, editado por José Maurício de Carvalho.

Do exame dessa fase inicial, conclui Ubiratan: “O tradicionalismo brasileiro, ao contrário do português, aceitou com relativa tranquilidade o sistema monárquico-constitucional instaurado no país e iria limitar-se a combater o racionalismo, no plano teórico. O eixo central seria a refutação do espiritualismo eclético, ao qual a intelectualidade iria aderir prazerosamente”.

Na fase adiantada do Segundo Reinado aparecem grupos tradicionalistas (políticos) no Maranhão, em São Paulo e em Pernambuco, este último estudado por Tiago Adão Lara (O tradicionalismo católico em Pernambuco – décadas de 50 e 60 do século XIX, 1982).

Esse grupo, como diz Ubiratan, “embora atuante era francamente minoritário e nunca teve maior proximidade com o poder”.

Considerado o processo político, em toda a sua amplitude, verifica-se acentuada influência recíproca, entre nossos dois países, tanto durante o Primeiro como no Segundo Reinado. Em que pese a constatação, o fenômeno não se estende ao tradicionalismo.

Prosseguindo na investigação, adverte Ubiratan Macedo: “O curioso é que a República tenha sido, tanto no Brasil como em Portugal, um elemento reanimador do tradicionalismo. Em Portugal teve mesmo o efeito de retirá-lo do longo eclipse, a que fora lançado, pela excessiva vinculação ao miguelismo. E desta vez para trilhar uma linha ascensional somente interrompida neste último quartel de século.”

A reanimação do tradicionalismo em Portugal exerceria de imediato notável influência no Brasil, conforme Ubiratan teria oportunidade de registrar. Confrontou minuciosamente as variantes do integralismo em Portugal com a Ação Integralista Brasileira para concluir que o modelo desta última seria o movimento liderado por Rolão Preto (1893/1977) e não o integralismo lusitano. Sobretudo por intermédio de Antonio Sardinha (1887/1925), este último registra uma grande presença na plena configuração do ideário de Jackson de Figueiredo (1891/1929).

Ubiratan Macedo legou-nos ainda minuciosa caracterização de todos os movimentos tradicionalistas que vicejaram no Brasil a partir do último pós-guerra e até mais ou menos a altura do Vaticano II, texto esse de igual modo incluído na coletânea a cargo de José Maurício de Carvalho, antes referida. Em idêntica fonte, encontra-se minuciosa análise da sorte desses diversos movimentos, devida a Anna Maria Moog Rodrigues. Breve notícia desse estudo será apresentada, pela autora, neste Colóquio, sob o título “O tradicionalismo no Brasil hoje” Manuel Felipe Canaveira, por sua vez, neste mesmo encontro, complementa a informação disponível acerca do tradicionalismo português. Assim, o confronto está por estabelecer-se.

2. Considerações finais

Para não deixar de dizer uma palavra sobre o último aspecto (confronto), creio que, na atualidade, repete-se à situação do período imperial: o tradicionalismo português deixa de marcar presença entre nós. A cena aqui está dominada pela transformação do órgão máximo da hierarquia católica, a CNBB, numa agremiação política estribada na “vulgata marxista”, nada, portanto, mais distanciado do tradicionalismo.

Data de registro: 18 de março de 2009

Data de aceite: 29 de maio de 2009